

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.831.469 - DF (2019/0238139-3)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
RECORRENTE : WESLEY LACERDA DA SILVA
ADVOGADO : THATYANE COSTA SILVA - DF045309
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por WESLEY LACERDA DA SILVA, com fulcro no art. 105, inciso III, alínea *a*, da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios.

A controvérsia tratada nos autos foi devidamente relatada no parecer ministerial às e-STJ fls. 387/389, no que importa:

1. Trata-se de recurso especial interposto por Wesley Lacerda da Silva contra acórdão do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, com fundamento no artigo 105, inciso III, alínea 'a', da Constituição Federal, nos autos da Apelação Criminal nº 0004887-22.2018.8.07.0003 (fls. 349/361).

2. O recorrente foi denunciado como incurso nos artigos 15 e 16, ambos da Lei nº 10.826/03, pois, no dia 11.06.2018, portou o revólver calibre .38, marca Jaguar, número de série 965077, municiado com um cartucho intato calibre .38 CBC e dois cartuchos intactos calibre .38, Super Auto, de uso restrito, e com a arma efetuou dois disparos (fls. 05/07).

3. Em primeira instância, a ação foi julgada parcialmente procedente, para absolvê-lo do crime previsto no artigo 15, da Lei nº 10.826/03 e condená-lo como incurso no artigo 16, caput, da mesma lei, à pena de 5 anos, 7 meses e 15 dias de reclusão, em regime inicial fechado (fls. 212/229).

4. O Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, por votação unânime, deu parcial provimento à apelação defensiva, redimensionando a pena para 4 anos, 9 meses e 15 dias de reclusão, em regime inicial fechado (fls. 313/345).

5. Pelo presente recurso, o recorrente sustenta, em síntese, violação aos artigos 15 e 16, ambos da Lei nº 10.826/03, alegando que o delito de porte ilegal de arma de fogo de uso restrito foi o crime-meio para o crime de disparo de arma de fogo. Requer a absorção do delito previsto no artigo 16 do Estatuto do Desarmamento por aquele previsto no artigo 15 do mesmo estatuto.

6. O Ministério Público apresentou contrarrazões (fls. 367/369). O recurso especial foi admitido pela Corte de origem (fls. 375/376). (Grifei.)

Superior Tribunal de Justiça

Ao final do parecer, o *Parquet* Federal opinou pelo não conhecimento do recurso especial.

É o relatório.

Decido.

O Tribunal *a quo* deixou de conhecer do pleito de consunção do delito de disparo de arma de fogo pelo crime de porte ilegal de arma de fogo de uso restrito por ausência de interesse processual de recorrer (e-STJ fl. 336):

PRINCÍPIO DA CONSUNÇÃO

Quanto ao pleito de incidência do princípio da consunção, segundo o qual o delito de porte de arma de fogo e munições de uso restrito estaria absorvido pelo de disparo, novamente não prospera a tese defensiva.

A eminente autoridade judiciária vislumbrou que as condutas foram praticadas em um mesmo contexto fático, consignando que o delito mais grave deveria abarcar o menos severo.

Com efeito, constou da sentença: 'destarte, **haja vista a aplicação do princípio da consunção, a absolvição do acusado pelo crime de disparo de arma de fogo, por ser o crime menos grave, é medida que se impõe**'. Nesta toada, **o eminente juízo 'a quo'**, quando da formulação do dispositivo, **absolveu o acusado do crime de disparo de arma de fogo, condenando-o pelo porte ilegal de arma de fogo de uso restrito**, nos seguintes termos (fl. 185-verso):

Ante o exposto, JULGA-SE PROCEDENTE A PRETENSÃO PUNITIVA CONSTANTE NA DENÚNCIA para condenar Wesley Lacerda da Silva, nas penas do artigo 16, caput, da Lei 10.826/03, **bem como para absolvê-lo das penas do artigo 15, caput, da lei nº 10.826/03**, com fundamento no artigo 386, inciso III, do Código de Processo Penal. (grifos do original)

Desta feita, **verifica-se, neste ponto, ausência de interesse recursal, mantendo-se a conclusão exarada na respeitável sentença, não havendo falar, portanto, em absorção por um crime que o apelante já findou absolvido na sentença.** (Grifei.)

Nas razões do recurso especial, a defesa repisa o intento de ver o delito de disparo de arma de fogo ser absorvido pelo crime de porte ilegal de arma de fogo de uso restrito.

Sem razão, contudo.

Tal como alertado pelo Tribunal de origem, falta ao recorrente interesse

Superior Tribunal de Justiça

processual de recorrer, pois o Juízo de primeiro grau reconheceu a absorção do delito de disparo de arma de fogo pelo de porte ilegal de arma de fogo (e-STJ fl. 220/222).

Ante o exposto, **não conheço do recurso especial.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 07 de outubro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO

Relator

